

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE
(do Sr. ALBERTO GOLDMAN)

Solicita informações à Sra. Ministra de Minas e Energia sobre instituição de imposto permanente para financiar o setor de energia elétrica.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações à Sra. Ministra de Minas e Energia sobre instituição de imposto permanente para financiar o setor e energia elétrica.

- 1) Estão sendo realizados estudos para a criação de imposto permanente para financiar o setor de energia elétrica?
- 2) Solicito cópia do inteiro teor dos estudos realizados no âmbito desse Ministério sobre criação de imposto permanente para financiar o setor de energia elétrica.

JUSTIFICATIVA

Em matéria publicada na Folha on line de 07 de julho de 2003, sob o título "Governo estuda transformar seguro-apagão em imposto permanente", segundo a qual:

"O seguro-apagão, que deveria ser extinto a partir de 2005, pode se tornar um imposto permanente para financiar o setor de energia elétrica.

Segundo a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, é preciso criar um fundo para proteger de possíveis desvalorizações do real os investimentos na construção de novas usinas. O dinheiro do seguro-apagão seria uma das formas para abastecer este fundo.

A proposta do ministério é que o fundo sirva para criar um "colchão" que diminua os riscos que dificultam o acesso ao crédito por parte dos investidores. "Não é possível supor que o câmbio vai ficar estável daqui para a frente", disse a ministra.

"Este fundo hedge poderia dar mais segurança aos investidores, amortizando as variações cambiais e de juros quando houver dificuldades para se buscar recursos no exterior", afirmou.

O seguro-apagão foi criado durante o racionamento de energia para que fossem instaladas usinas termoelétricas que poderiam entrar em funcionamento caso houvesse um novo racionamento até 2005.

A partir deste ano já haveria novas usinas construídas e o seguro-apagão poderia ser retirado da conta de luz dos consumidores".

Sala das Sessões, de de 2003.

Deputado ALBERTO GOLDMAN